



UNIÃO SINDICAL

SINPACEL
FUNDADO EM 27/11/1951

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE,
PAPEL, PAPELÃO, ARTEFATOS E CORTIÇA DE GUAÍBA E REGIÃO RS
ACESSE NOSSO SITE: WWW.SINPACEL-RS.COM.BR

CUT CNQ CUT
Central Única dos Trabalhadores CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO RAMO QUÍMICO

INFORMATIVO ANO XVI - Nº 129 - JANEIRO DE 2017.

Nova Estrutura Industrial da CMPC vai gerar novos empregos e promoções

Não é de hoje que os trabalhadores de nível III (operadores ajudantes) tem reclamado que suas funções se confundem com os trabalhadores de nível II (operadores de área), principalmente em função do período da expansão da empresa até os dias de hoje. Esse problema o SINPACEL colocou para a empresa em diversos momentos, em reuniões e conversas com o RH da empresa, como também com as gerências responsáveis, nas áreas de fabricação de celulose e utilidades.

Diante dessa situação e a necessidade da empresa adequar sua estrutura operacional, a empresa desenvolveu uma nova estrutura industrial que prevê admissões e promoções. Será finalizado

em fevereiro de 2017 o processo de admissão em andamento para 22 novas vagas na área de Fabricação de Celulose e 16 vagas para área de Recuperação e Utilidades. Além dessas admissões serão promovidos nessas áreas todos os operadores de nível III para o nível II, em sua maioria ao longo do ano de 2017.

Já existe um processo de treinamento, validação e divulgação de procedimentos, com previsão de promoções em março e julho de 2017, com previsão da finalização das promoções em janeiro de 2018.

O SINPACEL resalta a importância dessa



nova estrutura industrial da CMPC - Celulose Riograndense, que valoriza quem nela trabalha e se coloca a disposição dos trabalhadores de outras áreas e da categoria, que possam estar passando pelo mesmo tipo de problema.

PPR da CMPC é ajustado mediante Negociação

O PPR da CMPC - Celulose Riograndense tem um acompanhamento em reunião mensal através de apresentação dos resultados acumulados por parte da empresa junto a CRE- Comissão Representante dos Empregados. Nesta reunião é debatido os problemas que podem impactar o resultado e o que pode ser realizado para recuperar e/ou manter os resultados esperados tanto pela empresa como também para os trabalhadores.

A CRE aproveita também esse espaço para ponderar o que realmente está na responsabilidade dos trabalhadores e o que foge a sua governabilidade, ou seja, eventos que por maior dedicação e conhecimento estão fora do alcance do controle da operação e das áreas de suporte.

Com esse espaço de diálogo foi reivindicado reiteradamente o abatimento da cobertura do seguro

no incêndio na Linha 1 e problemas de equipamentos e projetos que ainda estavam impactando nos resultados da empresa na Linha 2, dificultando o planejamento dentro da curva de aprendizado da nova operação.



Saudamos a empresa, que manteve uma linha de coerência no nosso histórico nos últimos anos, reconheceu que os valores cobertos pelo

seguro e fora da franquia fossem abatidos do PPR, bem como, tudo que não dependeu da operação por problemas de equipamentos e dimensionamentos, reconhecidos pelo fornecedor, fossem abatidos. Com reflexos nos custos e tempos de paradas, ajustando os resultados de pontuação, subindo de 91,98 pontos para 94,33 pontos. Sendo assim, o PPR1 de 1,3188 salários e o PPR2 de 0,3663 (R\$1.705,44), passou a ter a seguinte configuração: PPR1 = 1,4598 salários, PPR2 = 0,4055 (R\$1.887,95).

A CRE foi composta pelos seguintes dirigentes sindicais: Walter Fogaça, Valdeni Moraes, Renato Maia e Cesar Peteffi. Participaram ainda os trabalhadores Felipe Varella e Cristiano Martins.

Festa dos Aposentados

Ocorreu na noite do dia 24 de janeiro a festa dos aposentados do ano de 2017, em homenagem ao Dia do Aposentado, promovida pelo sindicato e contou com a presença de aproximadamente 180 pessoas. Nos últimos anos, estamos ampliando a participação destes sócios em eventos promovidos pelo SINPACEL, com o objetivo de valorizar, ainda mais, estas pessoas que ao longo dos anos, fizeram a diferença na vida deste sindicato.

Temos também, os passeios que no ano de 2016, proporcionaram momentos maravilhosos a centenas de aposentados. Nesse jantar, foi servido churrasco, onde o presidente da entidade João caldas destacou a importância da participação de todos os aposentados nos momentos importantes do sindicato, não só nas festas, mas, também nas assembleias, onde são discutidos assuntos relevantes e de interesse de todos os associados.

Caldas abordou a situação que será enfrentada por todos trabalhadores, da ativa e aposentados, com a aprovação da PEC 287/16 - Reforma da Previdência. Explicou que os trabalhadores ainda não se deram por conta de quanto é perverso esse projeto de lei. A começar pela regra de transição. Essa nova regra anula todas as regras anteriores de transição.

Todos os trabalhadores com idade inferior a 50 anos para homens e 45 anos para mulheres terão que trabalhar 50% a mais do tempo faltante. Além disso, aposentadorias e benefícios serão desvinculados do salário mínimo. O que na prática significa que as aposentadorias, pensões e benefícios poderão ser pagos com valores inferiores ao salário mínimo. E mais, aumenta a idade mínima de 65 anos para 70, para ter acesso aos benefícios assistenciais para inválidos e

idosos.

O presidente pediu aos presentes que participem e apoiem as ações e movimentos que o SINPACEL fará junto a CUT e ao Congresso Federal a fim de evitar a aprovação desse projeto, que está sendo considerado o mais perverso de todos os ajustes já ocorrido na Previdência Social desde sua criação em 24 de janeiro de 1923.



veja mais fotos da festa na contra-cap

Natal Solidário do SINPACEL

Nossa entidade, no mês de dezembro de 2016, promoveu mais um Natal Solidário, com a arrecadação de mais de cem panetones, que foram doados pelos sindicalistas e alguns sócios.

O SINPACEL-RS fez a doação do mesmo número de panetones arrecadados. A distribuição foi feita na Vila IPÊ e fez a alegria de muitas pessoas moradoras daquele local.

Campanha de Natal do Sindicato



2017: O fim do Estado de Bem-Estar Social

Categoria: Agência DIAP

Publicado em Sexta, 27 Janeiro 2017 14:15

Para que as pautas que violam direitos sociais, previdenciários e trabalhistas possam ser revistas pelo Congresso, o movimento sindical de trabalhadores terá de atuar diuturnamente no Poder Legislativo, caso contrário, o Estado de Bem-Estar Social será aniquilado.

André Santos*

O ano de 2017 será uma continuidade de 2016 em termos legislativos. Isso porque ficou uma longa pauta remanescente, que será deliberada neste ano. Entre as proposições, podemos mencionar o projeto de regulamentação da terceirização, a votação no Senado da reforma do ensino médio e a reforma da Previdência.

Porém, para que tenha início o ano legislativo, teremos já na abertura dos trabalhos, em fevereiro, o primeiro grande embate: a eleição das presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que poderá dividir a base de sustentação do governo. Após a realização dos pleitos e independente do resultado, o governo dará segmento em sua pauta no Poder Legislativo.

O governo dará continuidade a sua pauta priorizando a agenda fiscal e liberalizante, com a

previsão de revisão do papel de alguns órgãos da administração pública por meio de modificação nos planos de negócio de estatais com um direcionamento para o mercado e a possibilidade de venda e/ou abertura de capital dessas empresas, entre as quais a Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil (BB) e os Correios (ECT).

Sem apoio das bases sociais do País, sindicatos, movimento estudantil, entre outras organizações da sociedade civil, o governo de Michel Temer atende aos anseios do setor produtivo com o pretexto de recuperar economicamente o País, o que alavancaria os investimentos e poderia assim, garantir, segundo o governo, a sua permanência à frente do Palácio do Planalto.

Entre as principais reivindicações do setor produtivo estão as revisões nos marcos regulatórios do País, assim como foi feito com a exploração do pré-sal e a aviação civil. Os próximos passos são a venda de terras para estrangeiros, o Código de Mineração, a revisão nos Código Florestal e a flexibilização de leis ambientais e trabalhistas, além da reforma da Previdência. Todas as matérias estão em tramitação no Congresso Nacional. Tudo

isso em nome da melhoria do ambiente de negócios.

Com uma base política sólida, mesmo que sofra tropeços com a eleição da Câmara e uma possível divisão ou extinção do Centrão (grupo de partidos que somam 178 deputados), o governo conta com mais de 240 deputados e cerca de 45 senadores na categoria de apoio consistente, enquanto a oposição se limita a 100 deputados e 20 senadores.

Para dar continuidade à agenda de governo, Temer e sua equipe terão o desafio de acomodar os interesses dos partidos da base, utilizando a distribuição de cargos, de recursos do orçamento e negociação do conteúdo de políticas públicas, para a manter a base unida, assim como foi em 2016.

Portanto, para que as pautas que violam direitos sociais, previdenciários e trabalhistas possam ser revistas pelo Congresso, o movimento sindical de trabalhadores terá de atuar diuturnamente no Poder Legislativo, caso contrário, o Estado de Bem-Estar Social será aniquilado.

(*) Analista político do Diap e Sócio da Consultoria Política Contatos Assessoria Parlamentar

Acidentes de trabalho na CMPC

Temos tido uma sequência de acidentes de trabalho na CMPC, fato que tem causado preocupação entre os integrantes da direção do SINPACEL. Não sabemos se a causa é falta de treinamento, pois tem ocorrido com mais frequência com trabalhadores jovens, ou se por pressão para a continuidade do processo. O fato é que a Empresa, através dos seus gestores e, da Segurança do Trabalho, precisa analisar mais minuciosamente o que está havendo.

Em recente reunião entre o RH da Empresa e SINPACEL, foi mencionado um fato por um dos gestores da Empresa, que disse claramente: que havia sido realizado por um período de mais ou menos vinte dias um procedimento errado por parte de operadores de área, com a cortadeira em andamento, o que poderia resultar em sério acidente. Salientamos que talvez fosse no afã da continuidade do processo, o que integrantes da gestão responderam imediatamente, que isto não é profissionalismo e, sim uma irresponsabilidade. Perguntamos então: se o operador de painel, o assistente técnico, os consultores, e o próprio

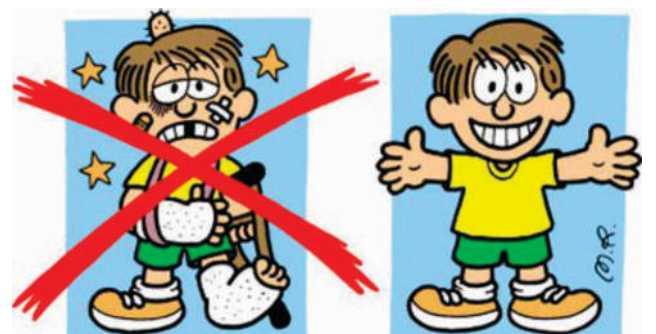
gerente do setor não sabiam que isto estava acontecendo? E, nos foi respondido por um dos gestores: assim que tomou conhecimento do fato, mandou parar a máquina para manutenção, e que a parada que deveria durar quatro horas acabou durando doze horas.

Fazemos questão de frisar este fato, para mostrar aos companheiros que todos os procedimentos devem ser criteriosamente seguidos, não importa se o operador de painel, ou o coordenador de turno fiquem fazendo pressão para não ter que parar a máquina ou qualquer outro setor da Empresa. Todos estão amparados na palavra do Diretor Presidente e da Diretora de RH que reiteram seguidamente que segurança dos trabalhadores e o meio ambiente são questão de honra para a companhia.

Por último um fato que nos causa até tristeza, temos recebido reclamações de um operador de painel da Máquina 2 de celulose, que trata os companheiros da manutenção com gritos no rádio, isto quando não debocha dos companheiros de labuta. É lamentável em se tratando de um peão igual a todos os demais. Já

levamos ao conhecimento da Diretora de RH e, do gestor do DEFACE. Esperamos que fatos como este não se repitam.

O SINPACEL através do seu Vice Presidente Walter Fogaça faz parte da rede de trabalhadores da CMPC. Esta entidade é composta por vários dirigentes sindicais dos diversos países onde a Empresa mantém suas fábricas, e tem canal direto com o Chile. E não gostaria de tomar uma atitude mais drástica, principalmente em se tratando de um profissional que não faz parte do quadro de gestão da Empresa.



Ford aceita pagar R\$ 216 milhões ao RS e encerra briga judicial de 16 anos

Governo cobrava indenização da empresa, que desistiu de instalar uma fábrica em Guaíba em 1999. Acordo foi homologado pelo STJ
Por: Vanessa Kannenberg

Depois de 16 anos de decisões controversas, um dos casos mais polêmicos da economia gaúcha teve fim. O governo do Rio Grande do Sul e a Ford entraram em acordo, que foi homologado na terça-feira pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), estabelecendo o pagamento de R\$ 216 milhões pela empresa aos cofres públicos gaúchos.

O processo, ajuizado em fevereiro de 2000, se refere à indenização pedida pela então gestão de Olívio Dutra (PT) devido à desistência da empresa de instalar uma fábrica de automóveis em Guaíba, na Região Metropolitana. A Ford tinha recebido a primeira das parcelas relativas a um financiamento de R\$ 210 milhões estabelecido com o Banrisul, além de o governo ter investido na área que receberia a montadora, quando decidiu levar a fábrica para a Bahia.

Fonte:
ClickRBS



Jornal Nacional compara mercado de trabalho dos EUA com o do Brasil

Veja na ponta do lápis como a Globo está nos enganando
25 de dezembro de 2016 às 19h58

A Globo nos trata como idiotas

O Jornal da Desgraça Nacional começou a campanha para doutrinar os brasileiros sobre a necessidade da reforma nas leis trabalhistas.

Logicamente, para impressionar, decidiu fazer a comparação entre as leis aplicadas nos EUA e aqui.

Entretanto, vamos pensar, questionar e colocar na ponta do lápis.

A dinâmica econômica americana é igual à brasileira?

O salário mínimo nos EUA é de **US\$ 7,25** por hora, equivalentes a **R\$ 23,70**.

O salário mínimo no Brasil é de **R\$ 5,00** por hora, equivalentes a **US\$ 1,53**.

44 horas por semana de trabalho nos EUA representam **R\$ 1.042,80**.

44 horas por semana de trabalho no Brasil representam **R\$ 220,00**.

Em quatro semanas de trabalho, representando um mês, o trabalhador americano ganha **R\$ 4.171,20**.

Em quatro semanas de trabalho, representando um mês, o trabalhador brasileiro ganha **R\$ 880,00**.

O salário mínimo nos EUA é a base, sendo pago para as funções mais comuns e que não exigem muita qualificação. Dificilmente o trabalhador americano ganha apenas isso.

O salário mínimo no Brasil é a base, mas grande parte das empresas utiliza essa base como teto, ou acrescenta uma pequena diferença - é o Piso da Categoria.

O trabalhador americano ganha em média 4,7 vezes mais que o trabalhador brasileiro.

O trabalhador brasileiro ganha em média apenas 20,4% do que ganha um trabalhador americano.

A economia americana é baseada no consumo, que gera produção, desenvolvimento e emprego.

A economia brasileira é baseada na especulação, que gera recessão, juros, queda no consumo e desemprego.

O empresariado americano também explora o trabalhador, mas esse tem poder de compra.

O empresariado brasileiro explora o trabalhador e a grande maioria desses trabalhadores possui poder de compra apenas para subsistência.

A renda média familiar anual nos EUA para uma casa com quatro pessoas é de **US\$ 51.939,00**, equivalentes a **R\$ 169.840,53** (dados de 2013, pela cotação do dólar de hoje).

A renda média familiar anual no Brasil para uma casa com quatro pessoas é de **R\$ 53.424,00**, equivalentes a **US\$ 16.337,61** (dados de 2015, pela cotação do dólar de hoje).

Sendo assim, não somos os EUA. Nosso poder de compra, consumo e dinâmica econômicas não são iguais e os EUA não devem ser tomados como referência comparativa.

A proposta para a reforma das leis trabalhistas só tem por finalidade ampliar ainda mais as diferenças sociais no Brasil.

Ou você realmente acredita que o empresariado irá usar essa nova lei para gerar empregos e renda para os brasileiros?

Pense para não morrer escravo e acreditando na TV.

Reajuste de aposentados e pensionistas do INSS será de 6,58%, bem abaixo do esperado

Saiu o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que vai reajustar os benefícios de dez milhões de aposentados e pensionistas do INSS que ganham acima do salário mínimo. O aumento, retroativo a 1 de janeiro de 2017, será de 6,58% (variação inflacionária de janeiro a dezembro do ano passado), bem abaixo dos 7,5% previstos na proposta de Orçamento da União, enviada em agosto pelo governo, e também menor do que a inflação acumulada em 12 meses até novembro, que era de 7,38%.

O percentual ficou abaixo do previsto porque, segundo o IBGE, responsável pela apuração do indicador, a alta do custo de vida veio caindo nos últimos meses de 2016.

Ao longo do dia, o INSS deverá divulgar uma tabela escalonada de reajustes para quem só começou a receber benefício ao longo de 2016 e, portanto, não tem direito ao índice cheio de 6,58%, porque não sofreu as perdas inflacionárias do ano todo.

Vale lembrar que os 22,3 milhões de beneficiários do INSS que recebem um salário mínimo já tiveram seu aumento anunciado em dezembro. O piso subirá de R\$ 880 para R\$ 937, também a partir de 1 de janeiro de 2017.

Os benefícios reajustados começam a ser pagos nos cinco últimos dias de janeiro, para quem recebe o piso. O calendário se estenderá até os cinco primeiros de fevereiro, para os que ganham mais. As datas variam de acordo com o número final do cartão de pagamento (último algarismo antes do traço).

Fonte: Jornal Extra

PESQUISA SOBRE O ATENDIMENTO AOS ASSOCIADOS

O SINPACEL-RS visando o aprimoramento do atendimento aos nossos associados e seus dependentes, que utilizam nossos serviços, nossa entidade está realizando pesquisa, pois, queremos saber, o que pensam essas pessoas, sobre nosso atendimento, na secretaria, serviço de odontologia e de medicina.

A entidade manterá em sigilo suas respostas. Sua Identificação é opcional

Contamos com a participação de todos!

Expediente

União Sindical é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Celulose, Papel, Papelão, Artefatos e Cortiça de Guaíba e Região/RS

CGC 90.830.183/001-6. Rua Bento Gonçalves, 304- Centro - Guaíba-RS Fone: (51) 3480- 29 00

Fone: (51) 3480-2973

Tiragem: 2.300 exemplares.

RESPONSÁVEIS: Presidente - João Caldas

Diretor de Divulgação e Cultura - Solismar Zembrucki

Diagramação - Sirlei Mees

Pis/Pasep ano-base 2015 começou a ser pago na quinta-feira 05-01/2017, para nascidos em janeiro e fevereiro

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) começou a pagar o abono salarial do PIS ano-base 2015 para os trabalhadores nascidos em janeiro e fevereiro. Quem possui o Cartão do Cidadão e registrou senha pode retirar o benefício em caixas eletrônicos e casas lotéricas. Quem ainda não tem o cartão deve se dirigir a uma agência da Caixa Econômica Federal.

Quem trabalhou com carteira assinada por pelo menos 30 dias no ano-base e teve remuneração média de até dois salários mínimos tem direito ao abono ano-base 2015, conforme o ministério. Além disso, o trabalhador deve estar inscrito no PIS/PASEP há pelo menos cinco anos e a empresa onde ele trabalha deve ter informado seus dados corretamente na Relação Anual de Informação Social (RAIS).

Segundo o chefe de divisão do Seguro-Desemprego e Abono Salarial do Ministério do Trabalho, Márcio Ubiratan, a partir deste ano o abono é proporcional aos meses trabalhados durante o ano-base. Quem trabalhou durante todo o ano de 2015 terá direito a um salário mínimo (R\$ 937,00). Quem trabalhou apenas um mês receberá o equivalente a 1/12 do salário mínimo, e assim sucessivamente. A fração igual ou superior a 15 dias de trabalho será contada como mês integral - explica.

Os trabalhadores podem sacar o benefício até o dia 30 de junho de 2017, mas Ubiratan recomenda que não se deixe para última hora. - É importante que os trabalhadores fiquem atentos ao mês de nascimento e se dirijam às agências de acordo com o calendário divulgado. Essa programação evita tumultos - destaca.

CONFIRA O CALENDÁRIO PARA PAGAMENTO DO PIS:

Aniversário/Saque a partir de:

Julho 28/07/2016 até 30/06/2017
Agosto 18/08/2016 até 30/06/2017
Setembro 15/09/2016 até 30/06/2017
Outubro 14/10/2016 até 30/06/2017
Novembro 21/11/2016 até 30/06/2017
Dezembro 15/12/2016 até 30/06/2017
Jan/Fev 19/01/2017 até 30/06/2017
Mar/Abr 16/02/2017 até 30/06/2017
Mai/Jun 16/03/2017 até 30/06/2017

*O crédito em conta para correntistas da Caixa será efetuado dois dias antes da data estabelecida para o saque.

CONFIRA O CALENDÁRIO PARA PAGAMENTO DO PASEP:

Inscrição com final/Pagamento a partir de:

0 28/07/2016 a 30/06/2017
1 18/08/2016 a 30/06/2017
2 15/09/2016 a 30/06/2017
3 14/10/2016 a 30/06/2017
4 21/11/2016 a 30/06/2017
5 19/01/2017 a 30/06/2017
6 e 7 16/02/2017 a 30/06/2017
8 e 9 16/03/2017 a 30/06/2017

Fonte: Extra Online

Especialistas desmentem propaganda oficial da reforma da Previdência

Em propaganda que defende a reforma da Previdência, que está sendo veiculada na TV, no rádio e em jornais de todo o país, o governo Temer insiste na tese de que a reforma é a única saída para salvar a aposentadoria dos trabalhadores. "Ou reforma a Previdência, ou ela quebra", diz um dos slogans da campanha. Especialistas, contudo, contestam e afirmam que o propalado rombo, na verdade, não existe. Eles destacam que a Previdência tem outras fontes de recursos, como tributos pagos pelas empresas, taxações de importações e até loterias, como a mega sena, não ficando restrita apenas às contribuições dos trabalhadores.

«As contas da Previdência têm que incluir todas as verbas, recursos e impostos que vão para a seguridade social. Isso não indica que a Previdência está no vermelho. Ao contrário», afirma o diretor-executivo da CUT Júlio Turra, em entrevista à repórter Vanessa Nakasato, para o Seu Jornal, da TVT.

"Se se incluir o conjunto dos recursos que deveriam ir para a seguridade social, a Previdência está no azul, porque ela não depende, simplesmente, da contribuição dos trabalhadores e dos empresários", diz Turra. Para Miguel Horvath Junior, professor de Direito Previdenciário da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, uma das provas de que a Previdência não

está quebrada é a ampliação de 20% para 30% da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite ao governo gastar livremente esse percentual das contribuições sociais que deveriam ir para a seguridade social, que reúne as áreas da saúde, assistência e previdência. "Ora, não se tira recursos de onde não se tem. Já era 20%, e passou a ser 30%. Isso também é algo difícil de se explicar", contesta o professor.

Eles também contestam o argumento do governo de que a reforma da Previdência vai gerar empregos e aquecer a economia. "Impossível que uma reforma que aumenta o tempo de trabalho gere emprego. Porque o cara não vai sair do emprego, abrindo a vaga para os mais jovens depois de 35 anos de contribuição. Sairá depois de 49 anos de contribuição. Isso reduz a oferta de emprego, ao contrário de ampliar", diz o sindicalista.

Já o professor Horvath Junior prevê até mesmo crescimento da informalidade. "Não consigo entender como a reforma da Previdência pode movimentar a economia. Pode ser que, com essas regras bem rígidas, haja também a possibilidade de um aumento de atividade informal. E com isso, em vez de se obter uma maior arrecadação, por parte da Previdência, pode haver uma diminuição dessa base de arrecadação."

Fonte: Rede Brasil Atual

Festa dos Aposentados



Melhorias no Salão de Eventos do SINPACEL

Durante os meses de dezembro e janeiro, o sindicato realizou reformas nos banheiros e na cozinha do salão de eventos. Entre os serviços realizados, destacamos a troca de vasos, mictórios, colocação de

balcão de mármore com cubas nos banheiros feminino e masculino, troca de azulejos internos por porcelanato, substituição de todo piso em cerâmica e troca das portas em madeira.

O objetivo da reforma é proporcionar aos usuários maior comodidade e segurança.